



Revista de Gestão e Secretariado

E-ISSN: 2178-9010

gestoreditorial@revistagesec.org.br

Sindicato das Secretárias(os) do Estado
de São Paulo
Brasil

Daga Cielo, Ivanete; Schmidt, Carla Maria; Wenningkamp, Keila Raquel
SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL: QUO VADIS?
Revista de Gestão e Secretariado, vol. 5, núm. 3, septiembre-diciembre, 2014, pp. 49-70
Sindicato das Secretárias(os) do Estado de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=435641697003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL: *QUO VADIS?*

EXECUTIVE SECRETARIAT IN BRAZIL: *QUO VADIS?*

Ivanete Daga Cielo

Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Professora assistente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

E-mail: ivacielo@bol.com.br (Brasil)

Carla Maria Schmidt

Mestre em Administração pela Universidade Regional de Blumenau - FURB.

Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

E-mail: c.m.schmidt@bol.com.br (Brasil)

Keila Raquel Wenningkamp

Mestranda do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio - na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE.

E-mail: sebkeila@hotmail.com (Brasil)

Data de recebimento do artigo: 18/06/2014

Data de aceite do artigo: 04/10/2014

SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL: *QUO VADIS?*

RESUMO

A década de 2000 no Brasil foi permeada por um processo de intensificação de oferta de instituições e cursos de ensino superior, decorrente, especialmente, de políticas de reestruturação e expansão das universidades. Esse cenário conduz ao entendimento de que a ampliação do ensino superior no Brasil possa ter ocorrido nas diferentes áreas do conhecimento. Diante disso, torna-se relevante entender a dinâmica particular de desenvolvimento dos cursos de Secretariado Executivo no país. Atualmente, percebe-se uma lacuna nos estudos científicos da área, no sentido de compreender o processo de crescimento ou permanência desses cursos. Sendo assim, este estudo tem o intuito de compreender o cenário dos cursos de graduação em Secretariado Executivo no país e, consequentemente, lançar olhar sobre o rumo e o futuro da profissão. Para tanto, o estudo está embasado à guisa da literatura da área de secretariado. Em termos metodológicos, a pesquisa apresenta abordagem quantitativa sendo que os principais procedimentos de investigação se deram a partir de pesquisa documental, desenvolvida com base em dados do MEC (2013), Enade (2012) e Ipea (2013). Os principais resultados remetem a uma reflexão urgente sobre o futuro do bacharelado em Secretariado no país, uma vez que este vem enfrentando um significativo processo de redução da quantidade de cursos em funcionamento e de alunos ingressantes, incentivado, em grande parte, por mudanças de políticas públicas na área educacional.

Palavras-chave: Cursos de Secretariado Executivo; Evolução; Rumo da Profissão.

EXECUTIVE SECRETARIAT IN BRAZIL: *QUO VADIS?*

ABSTRACT

In Brazil, the 2000s was permeated by a process of intensification of institutions and offer of higher education courses, especially due to a political process of restructuring and expansion of universities. This scenario leads to the understanding that the process of expansion of higher education in Brazil may have occurred in different areas of knowledge. Thus it is relevant to understand the particular dynamics of development of the Executive Secretariat courses in the country. Currently there is a perceived gap in the scientific studies of the area in order to understand the process of growth and /or existence of bachelor's degree programs. Therefore, this study aims to understand the panorama of the Executive Secretariat courses in the country, and therefore, pay closer attention to the direction and future of this profession. In order to achieve this goal, the study is grounded by the literature in the field of secretariat. The research presents predominantly quantitative approach, and the main research procedures come from documentary research, which was developed according to data from MEC (2013), Enade (2012) and Ipea (2013). The main results point to an urgent reflection about the future of the bachelor's degree in secretariat in the country, since this process has been facing a significant reduction of the number of courses in operation and freshman students, encouraged mostly by changes in public policy in education.

Keywords: Executive Secretariat Courses; Evolution; Directions of the Profession.



1 INTRODUÇÃO

No Brasil, a década de 2000 foi permeada por um processo de intensificação de oferta de instituições e cursos de ensino superior. Nesse período, 987 Instituições de Educação Superior e 18.381 cursos foram criados no país, além da realização de 3.343.186 matrículas em cursos de graduação. Essa intensificação é decorrente, em grande parte, de um processo político de reestruturação e expansão das universidades brasileiras, particularmente no período de 2003 a 2010, momento em que o governo federal implementou um conjunto de medidas provisórias, leis e decretos indicando esta reformulação (Lima, 2012).

Dentre as regulamentações implementadas na última década, destacam-se: a) Lei n. 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); b) Lei n. 11.096/2005, que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni); c) Decreto 5.800/2006, que trata da regulamentação do Ensino a Distância (EAD); d) Decreto 6095/2007, que estabelece diretrizes para a constituição dos Institutos Federais de Educação e e) Decreto 6096/2007, que estabelece a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni (Brasil, 2004; 2005; 2006; 2007a, 2007b).

Esse cenário conduz ao entendimento de que o processo de expansão do ensino superior no Brasil possa ter ocorrido nas diferentes áreas do conhecimento. Assim, motivados por essa discussão, tem-se, neste estudo, o intuito de investigar o cenário dos cursos de graduação em Secretariado Executivo.

Em relação ao profissional de Secretariado, pode-se dizer que a profissão de Secretariado Executivo intensificou-se no Brasil a partir da década de 1980, momento em que as atribuições deste profissional passaram a ter maior visibilidade e respeitabilidade frente às organizações. Tal reconhecimento foi resultado da regulamentação da profissão, bem como de um perfil profissional ajustado às exigências e demandas organizacionais, qual seja, um profissional aberto a mudanças, polivalente, facilitador de processos de comunicação e de gerenciamento de equipes, passando de um perfil meramente técnico para um de assessoria e gestão (Natalense, 1995; Biscoli & Cielo, 2004; Neiva & D’Elia, 2009, Durante, 2012). Vale destacar que o mercado de trabalho reconheceu a importância do profissional, uma vez que dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea (2013) apontam que a profissão de Secretariado Executivo ocupa a quarta posição em termos de criação de postos de trabalho entre 2009 e 2012, a partir da geração de 14.017 novos postos de



trabalho no Brasil nesse período.

Dentro desse contexto do reconhecimento do mercado de trabalho, bem como da expansão das universidades brasileiras torna-se relevante entender a dinâmica particular de desenvolvimento dos cursos de Secretariado Executivo no país. Atualmente, observa-se uma lacuna nos estudos científicos da área em relação aos cursos de graduação no país, no sentido de compreender o processo de crescimento e/ou permanência da demanda dos mesmos. Outras áreas como Administração (Castro, 1981; Nicolini, 2003), Contabilidade (Peleias, Silva, Segreti & Chiroto, 2007) e Engenharia da Produção (Faé & Ribeiro, 2005) vem desenvolvendo estudos para entender esse processo de evolução. Isso leva a entender que é necessário analisar se a área de Secretariado vem acompanhando a expansão existente nos cursos de ensino superior do país.

Dessa reflexão decorrem alguns questionamentos que não podem ficar adormecidos. E os cursos de Secretariado no país: *quo vadis?* (*Quo Vadis* é uma expressão latina que significa “Para onde vais?” ou “Aonde vais?”) Quais os rumos da formação em Secretariado Executivo? Quais aspectos merecem maior atenção?

Para tanto, este estudo tem o intuito de compreender o cenário dos cursos de graduação em Secretariado Executivo no país, e, conseqüentemente, lançar um olhar sobre o rumo e o futuro da profissão. Especificamente, objetiva-se: a) analisar o processo evolutivo da oferta dos cursos de graduação de Secretariado Executivo no país; b) mapear a oferta dos cursos de graduação nas distintas regiões do país.

Acredita-se que estudos dessa natureza possam contribuir no sentido de compreender o cenário da formação do profissional, aspecto este fundamental para que conjecturas futuras possam ser delineadas. Para este fim, o estudo está embasado à guisa da literatura da área de perfil do secretariado, tendo como principais referências os seguintes autores: Natalense (1995); Biscoli e Cielo (2004); Neiva e D’Elia (2009) e Durante (2012). Os principais procedimentos de investigação se deram a partir de pesquisa documental.

O presente estudo pretende contribuir para as indagações levantadas. Para tanto, o texto está estruturado em quatro partes centrais, além desta introdução. Na segunda parte são abordadas evidências sobre os aspectos evolutivos da profissão de secretariado executivo. Na terceira parte apresentam-se os métodos e técnicas de pesquisa utilizadas. A quarta parte aponta possíveis respostas sobre os rumos da profissão no país. O capítulo cinco apresenta as contribuições do estudo bem como sugestões para pesquisas futuras na área.



2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ASPECTOS EVOLUTIVOS DA PROFISSÃO DE SECRETARIADO EXECUTIVO

O aporte teórico aqui abordado refere-se especificamente à retomada de aspectos evolutivos da profissão de Secretariado Executivo no Brasil. No entanto, cabe ressaltar que esse resgate não tem por objetivo relatar o perfil e evolução do Secretário Executivo, assunto já aprofundado em outros livros e artigos (Natalense, 1995; Sabino & Rocha, 2004; Biscoli & Cielo, 2004; Neiva & D'Elia, 2009). Possui, isto sim, o intuito de ponderar sobre o quanto a categoria secretarial tem evoluído com o passar dos anos. Acredita-se que tal aspecto auxilie para o alcance de um dos objetivos deste estudo, qual seja, trazer à reflexão o futuro da profissão secretarial depois de várias conquistas já obtidas.

Para tanto, este tópico apresenta aspectos como a origem e perfil da profissão, além de uma abordagem sobre conquistas, tanto em âmbito profissional, como no âmbito do ensino e da pesquisa, juntamente com um cenário contemporâneo da área secretarial no Brasil.

Os primórdios da profissão secretarial datam da antiguidade. De acordo com Sabino e Rocha (2004), o secretariado sedimentou sua história sob a designação de escribas, uma profissão especializada, com amplos conhecimentos em matemática, contabilidade, rotinas administrativas e que tinham como principal característica o domínio da escrita. Portanto, a profissão de secretariado pode ser considerada como uma das mais antigas do mundo, mesmo que sob diferentes nomenclaturas.

Naquela época, a profissão era eminentemente masculina. No entanto, a partir de 1930, a categoria passa a ser composta predominantemente por mulheres, situação esta que se estende até os dias atuais, uma vez que apenas 10% do total dos profissionais de secretariado é do sexo masculino (SINDSEMG, 2013).

Mesmo sendo uma das primeiras profissões a surgir no mundo, sua regulamentação no Brasil veio somente em 30 de setembro de 1985, através da Lei n. 7.377 – posteriormente complementada pela Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996. Por meio dessa lei, o secretariado deixa de ser uma atividade e passa a ser uma profissão. Para ser legalmente considerado um profissional secretário executivo há necessidade de se enquadrar em pelo menos uma das opções abaixo, impostas pela Lei:



- a) o profissional diplomado no Brasil por curso superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por curso superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma de lei;
- b) portador de qualquer diploma de nível superior que, na data de início de vigência desta Lei, houver comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses, das atribuições mencionadas no art. 4º desta Lei (Brasil, 1996).

Além disso, outras conquistas podem ser destacadas, quais sejam: o enquadramento sindical como categoria diferenciada, por meio da Portaria n. 3.103, de 29 de abril de 1987; a criação da Federação Nacional das Secretárias e Secretários (Fenassec) em 1988; a publicação do Código de Ética Profissional no Diário Oficial da União, de 7 de junho de 1989 e a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Secretariado Executivo, através da Resolução n. 3, de 23 de junho de 2005.

Contudo, cabe lembrar que as novas exigências do mercado de trabalho, por si só, contribuíram expressivamente para o maior reconhecimento da profissão. De acordo com Galindo, Souza e Carvalho (2012) a partir de meados do século XX, a sociedade global tem presenciado significativas transformações provocadas pelo desenvolvimento das tecnologias da informação, comunicação e dos novos paradigmas que fundamentam as estruturas e relações vinculadas, aos processos produtivos. Tais mudanças têm impactado consideravelmente no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na preparação e formação dos profissionais.

Oliveira, Souza e Morales (2010, p. 2) corroboram com essa visão quando afirmam que:

A administração das organizações modernas espera que o Secretário Executivo atue como assessor na gestão de negócios e desenvolva certa competência social no sentido de se tornar um colaborador que pensa estrategicamente na tomada de decisões. Além disso, busca ainda, um profissional que lance mão de estratégias no exercício do suporte à liderança e na capacidade de solucionar conflitos, mostrando, também, aptidão nas relações interpessoais.

Também Natalense (1995) já apontava para um perfil profissional polivalente, que desempenhasse diversas atividades ao mesmo tempo. Somado a isso, a autora destacava como fundamental ao secretário executivo a capacidade de solucionar problemas, criar ideias, ser proativo, participativo e comprometido com as atividades.

Nesse sentido, vale destacar a importância do estabelecimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Secretariado Executivo, em 2005. A partir disso, as Instituições de



Ensino Superior (IES) passaram a ter uma indicação clara dos componentes curriculares que devem integrar a formação profissional.

Como é apontado por Biscoli e Cielo (2004, p. 11):

Com a evolução do perfil profissional, mudanças curriculares são estimuladas a fim de transformar os cursos superiores em formadores de profissionais que, além do cumprimento das rotinas secretariais como organização de eventos, arquivística e etiqueta profissional, sejam capazes de compreender a organização e suas atitudes.

Isto pode ser, de fato, visualizado nas Diretrizes Curriculares, as quais determinam que os projetos pedagógicos dos cursos de graduação em Secretariado Executivo admitam linhas de formação específicas e em diversas áreas, como: atividades gerenciais, de assessoramento, de empreendedorismo e de consultoria, cujo intuito é atender às necessidades do perfil profissiográfico que o mercado exige (Brasil, 2005). A partir dessa perspectiva, os cursos de graduação em Secretariado Executivo passaram a trabalhar de forma integrada objetivando maior visibilidade e respeitabilidade frente às organizações.

Um dos resultados das novas demandas do mercado de trabalho, em conjunto com o esforço das universidades em atender tais exigências, é a evolução do número de profissionais secretários executivos com emprego formal no Brasil, conforme pode ser visualizada na Figura 1.

Figura 1 – Evolução do número de secretários executivos empregados formalmente no país (2003 – 2010)

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2003	4.256	16.959	45.900	14.746	10.165	92.026
2004	5.464	17.949	46.970	15.392	11.471	97.246
2005	6.533	21.184	51.504	17.449	12.803	109.473
2006	6.701	21.699	53.348	17.749	13.644	113.141
2007	8.769	23.050	56.588	18.613	13.952	120.972
2008	8.843	23.974	56.486	19.616	15.343	124.262
2009	10.846	25.225	60.822	21.662	17.159	135.714
2010	12.237	30.801	63.633	22.926	18.283	147.880

Fonte: Santos e Moretto (2011).

Pode-se inferir que o mercado de trabalho tem demonstrado aceitação do profissional ao longo dos anos, uma vez que de 2003 a 2010 houve um aumento de 60,7% no número de profissionais formalmente empregados no país.

Paralelamente aos aspectos profissionais, a qualificação dos docentes em Secretariado Executivo é outro fator que pode ser mencionado como importante para a evolução da profissão. Apesar da inexistência de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na área, existe a preocupação dos professores em aumentar sua titulação e, conseqüentemente, ter possibilidades de melhorar a qualidade do ensino na graduação.

Outros fatores também podem ser considerados relevantes na trajetória da profissão como os eventos organizados na área e o maior interesse pela pesquisa. Um dos exemplos, de caráter acadêmico-científico, é o Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado Executivo, organizado pela primeira vez em 2010, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Esse evento, em suas três edições (2010, 2011 e 2013), promove a interação entre professores, alunos e pesquisadores da área, a fim de discutir temas específicos da profissão, além de assuntos pedagógicos e científicos.

De acordo com Durante (2012) dois dos principais resultados de tais interações merecem destaque, a saber: a criação da Sociedade Brasileira de Secretariado (SBSEC) e o maior interesse pela pesquisa na área secretarial. Assim, o evento foi reconhecido pela categoria como um passo fundamental para o aumento da pesquisa em secretariado (Biscoli, 2012).

Outro avanço que merece destaque é a criação de revistas científicas e/ou periódicos na área de secretariado executivo, mesmo que em número reduzido. Vale dizer que para consolidação dessas ferramentas de publicação, faz-se necessário maior contribuição dos pesquisadores da área.

Pelo exposto, pode-se inferir que diversos fatores influenciam positivamente para o reconhecimento da profissão de secretariado executivo, dentre eles: a regulamentação da profissão, a organização de entidades de classe, o código de ética, as diretrizes curriculares, os eventos científicos, maior envolvimento com pesquisa, os periódicos científicos, a criação da SBSEC, maior qualificação dos docentes, a criação de cursos de pós-graduação *lato sensu* e as exigências do mercado de trabalho.

Esse cenário conduz a um entendimento de que a profissão vivencia um processo favorável, de expansão e crescimento. Contudo, cabe questionar a real situação dos cursos de bacharelado em Secretariado Executivo no país. Compreender o panorama da formação do profissional é fundamental para que conjecturas futuras possam ser delineadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em relação à abordagem utilizada, pode-se inferir que esta pesquisa apresenta caráter predominantemente quantitativo, de natureza descritiva. Conforme Mattar (1999) uma pesquisa quantitativa tem por objetivo medir o grau em que algo está presente, cujos dados são submetidos a análises estatísticas formais. Assim, a partir dessa metodologia, foi possível atingir o objetivo central do estudo. A análise descritiva complementou os resultados, uma vez que permitiu estabelecer a relação entre essa oferta de cursos e suas possíveis implicações para a profissão.

O objeto de investigação deste estudo são os cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil, sendo que os principais procedimentos de investigação se deram a partir de dados e relatórios do Ministério da Educação e Cultura - MEC (2013); do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Enade (2006 -2012); e do Ipea (2013), o que a caracteriza como uma pesquisa documental.

Vale esclarecer que para a análise de alguns aspectos (atuação dos cursos, categorias administrativas e localização dos cursos), utilizou-se a amostra dos cursos que participaram das edições do Enade (2006 a 2012). Optou-se pela fonte de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep, especificamente pelos Relatórios Síntese do Enade de Secretariado Executivo (2006 a 2009) e dados preliminares da Edição 2012, pois estes possibilitam desenvolver uma análise evolutiva do processo formativo ao longo do tempo.

Além disso, considera-se a fonte de dados do Enade adequada, uma vez que segundo o Inep (2013), trata-se de um dos meios de avaliação de qualidade da Educação Superior no Brasil. Ademais, a participação dos estudantes dos cursos avaliados é obrigatória e condição para a obtenção do diploma superior. Ao mesmo tempo, há de se considerar que a amostra do Enade representa uma limitação para a pesquisa, uma vez que determinadas IES podem não ter participado de todas as edições do referido exame.

No que tange a análise de dados, vários foram os passos efetuados. Com o intuito de atender ao primeiro objetivo proposto, buscou-se analisar o processo evolutivo da oferta dos cursos de graduação de Secretariado Executivo no país, desde a criação do primeiro curso até o ano de 2012. Especificamente, neste momento foram analisados dados referentes ao número de universidades, categorias administrativas de instituições de ensino e participação nos exames do Enade, a partir do uso de estatística descritiva.



Na sequência, para responder ao segundo objetivo, buscou-se analisar a oferta dos cursos de graduação em Secretariado Executivo nas diferentes regiões geográficas do país. Tal pesquisa foi realizada com a utilização do *Software TerraView*, ferramenta específica para a realização de mapas temáticos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão dos resultados deste estudo, subdividiu-se este tópico de acordo com os objetivos específicos. Sendo assim, em um primeiro momento analisou-se o processo evolutivo da oferta dos cursos de graduação de Secretariado Executivo no país e, posteriormente, mapeou-se a oferta desses cursos nas distintas regiões do país.

4.1 PROCESSO EVOLUTIVO DA OFERTA DOS CURSOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

A profissão de secretariado remonta à antiguidade, quando os homens desenvolviam atividades como escribas. Porém, enquanto curso superior, sua história é bem mais recente e data do século XX. No Brasil, o primeiro curso de nível superior em Secretariado Executivo foi criado na Universidade Federal da Bahia, em 1969, tendo sua primeira turma implantada em 1970, ou seja, trata-se de um curso superior muito jovem (44 anos de existência), comparativamente a outras áreas do conhecimento, tais como Administração e Economia.

De modo geral, o ensino superior no Brasil ficou por muito tempo centrado nas universidades públicas e reduzido a um pequeno número de IES. Somente no final da década de 1960, com a Lei 5.540/68 abriu-se no país, a possibilidade de instalação de instituições privadas de ensino. No entanto, foi na década de 1990, que o processo de expansão do ensino superior ganhou impulso, por meio de medidas governamentais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) no Plano Nacional de Educação. Esse processo, apresentado em 1997, previa um aumento de 200% no total de vagas ofertadas no país (Saviani, 2010).

Assim, inúmeras IES, principalmente privadas, foram criadas, instalando-se nas distintas regiões geográficas do país e ampliando substancialmente a oferta de cursos e vagas no ensino superior. De acordo com Saviani (2010) em 1996, havia no Brasil, 922 instituições de nível superior, sendo 211 públicas (23%) e 711 privadas (77%). Em 2005, o número total de instituições elevou-



se para 2.165 com 231 públicas (10,7%) e de 1.934 privadas (89,3%).

O curso de Secretariado Executivo, acompanhando a evolução do ensino superior no Brasil naquele período, verificou um exponencial crescimento na oferta de novos cursos no país, a partir do plano de expansão do ensino superior. De 1970 a 1997 havia no país apenas 32 cursos de Secretariado Executivo, número esse que passou para 113, em 2007, ou seja, em apenas uma década houve um crescimento de 283%. Essa evolução pode ser mais bem visualizada no Gráfico 1.

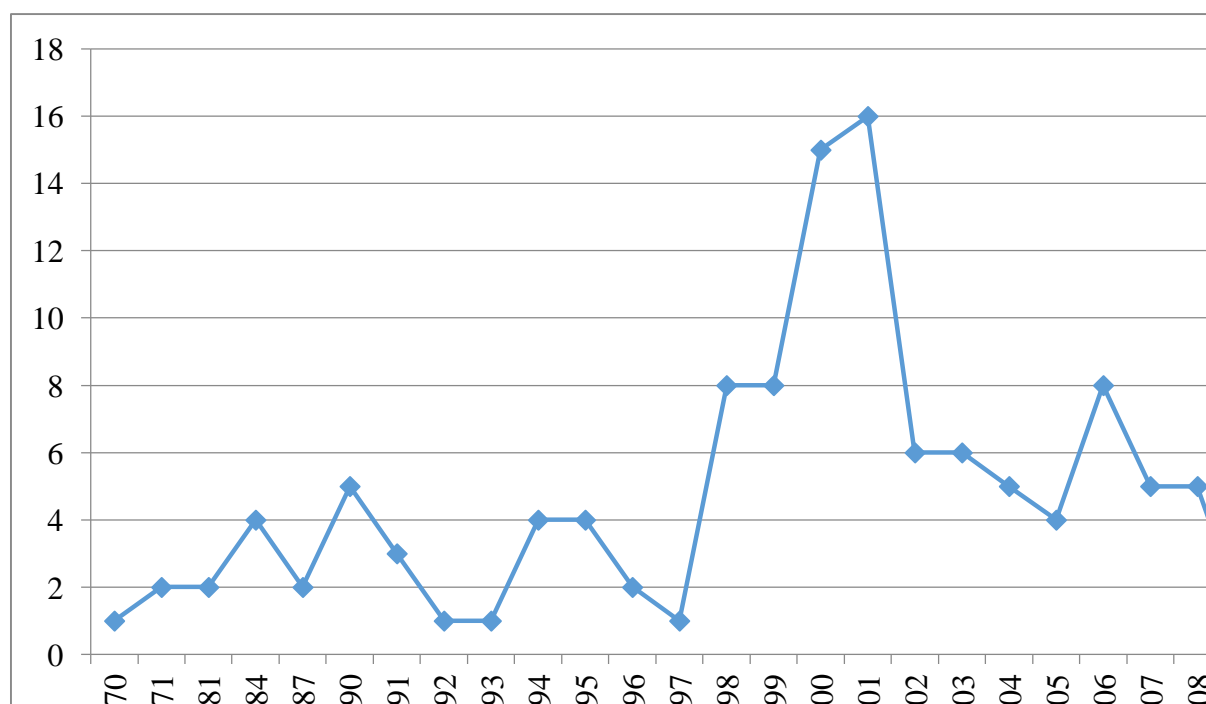


Gráfico 1 – Evolução da oferta dos cursos de bacharelado em Secretariado Executivo
Fonte: Resultado da pesquisa a partir de dados do MEC (2013).

Vale destacar que o gráfico apresenta o número de cursos criados no país ao longo de 42 anos. Ao todo há registro no *site* do MEC de 133 cursos de Bacharelado na área de Secretariado, porém três deles não apresentam registro sobre o ano de abertura no sistema do MEC (2013), o que justifica o gráfico apresentar o total de 130 cursos.

Além da análise sobre a totalidade de cursos criados no país, outra merece destaque. Pode-se inferir que após o período considerado o *boom* do ensino superior no país, houve uma queda considerável no número de abertura de novos cursos de bacharelado, situação que se torna alarmante a partir de 2009. Nesse aspecto, acredita-se que iniciativas da academia e das entidades de classe, no sentido de divulgar a imagem e a importância do profissional secretário executivo no mercado

de trabalho atual possam motivar diferentes instituições de ensino no país a ofertar o curso de secretariado.

Além do resultado já apresentado, esta pesquisa teve o interesse de analisar a atuação dos cursos, a partir da trajetória identificada pelo Enade. Considerando que, em tese, todos os cursos em funcionamento no país precisam se submeter ao Enade, os dados referentes à quantidade de cursos avaliados (Gráfico 2) complementam a realidade atual do Bacharelado em Secretariado Executivo.

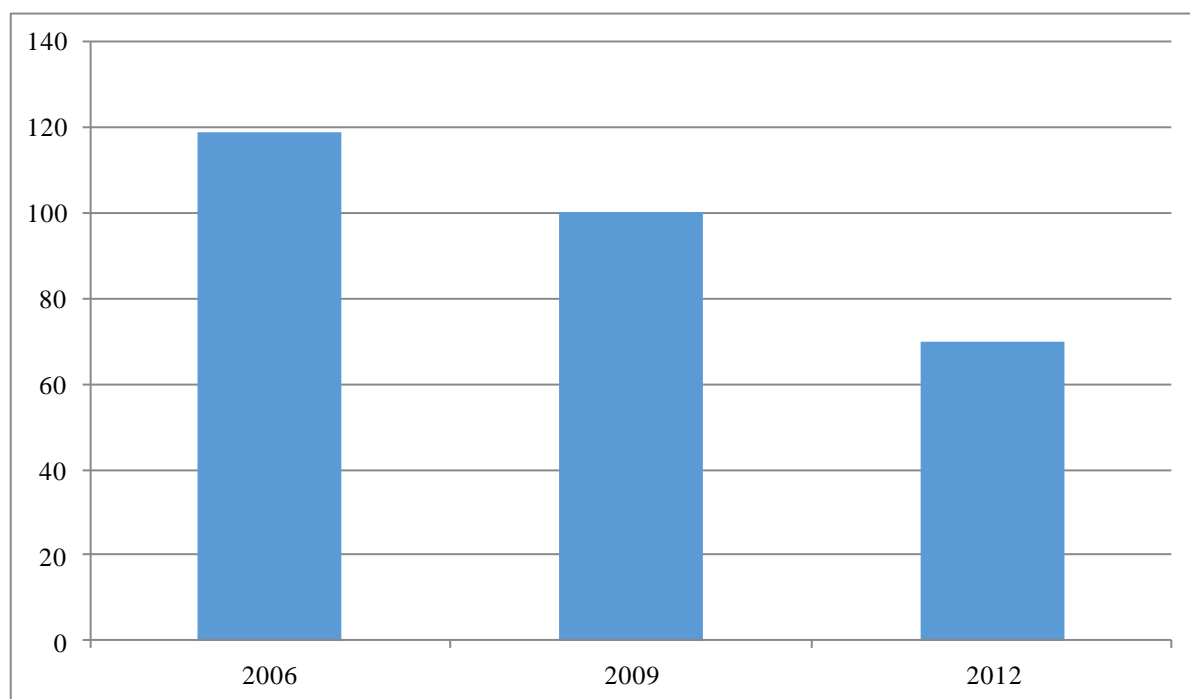


Gráfico 2 - Participação dos cursos de Secretariado Executivo no Enade (2006-2012)

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do Enade (2006- 2012).

Os resultados conduzem ao entendimento de que os cursos de graduação em Secretariado Executivo vêm enfrentando um significativo processo de redução no quantitativo de turmas em funcionamento, o que pode significar a consequente paralisação de suas atividades.

Ainda com base nas informações constantes no Gráfico 2, é possível inferir que houve uma redução de 41,1% na oferta de cursos de Secretariado Executivo em apenas seis anos, o que gera inúmeros questionamentos sobre o real futuro da profissão. Esse cenário se torna ainda mais alarmante, se considerado que o Enade 2012 contou apenas com a participação de estudantes concluintes, ou seja, alguns cursos que realizaram essa prova podem não ter mais turmas ingressantes.

Entre as possíveis causas para essa redução, podem-se atrelar fatores como: criação de novos

curso superiores em outras áreas, despertando maior interesse nos jovens; abertura de cursos tecnológicos; disseminação do ensino superior a distância e ainda, pode-se citar, o desestímulo pela formação, uma vez que a ausência de órgãos fiscalizadores permite que profissionais das mais distintas áreas ocupem as vagas criadas para os profissionais de secretariado.

Além desses fatores, questões econômicas também devem ser consideradas nessa análise. Grande parte dos cursos foi criada aproveitando os incentivos do Plano Nacional de Educação para a expansão do Ensino Superior, período em que muitas IES foram implantadas. Possivelmente, algumas delas sem um estudo aprofundado dos aspectos financeiros e de demanda, resultando no fechamento ou mesmo aquisição de instituições de menor porte por grupos com maior poderio econômico.

Considerando o contexto atual de retração na oferta de cursos de bacharelado, teve-se nesta pesquisa o intuito de investigar se questões de ordem econômico-financeira interferem nesse cenário. Os resultados sobre as categorias administrativas das IES que ofertam cursos de Bacharelado em Secretariado podem ser observadas no Gráfico 3.

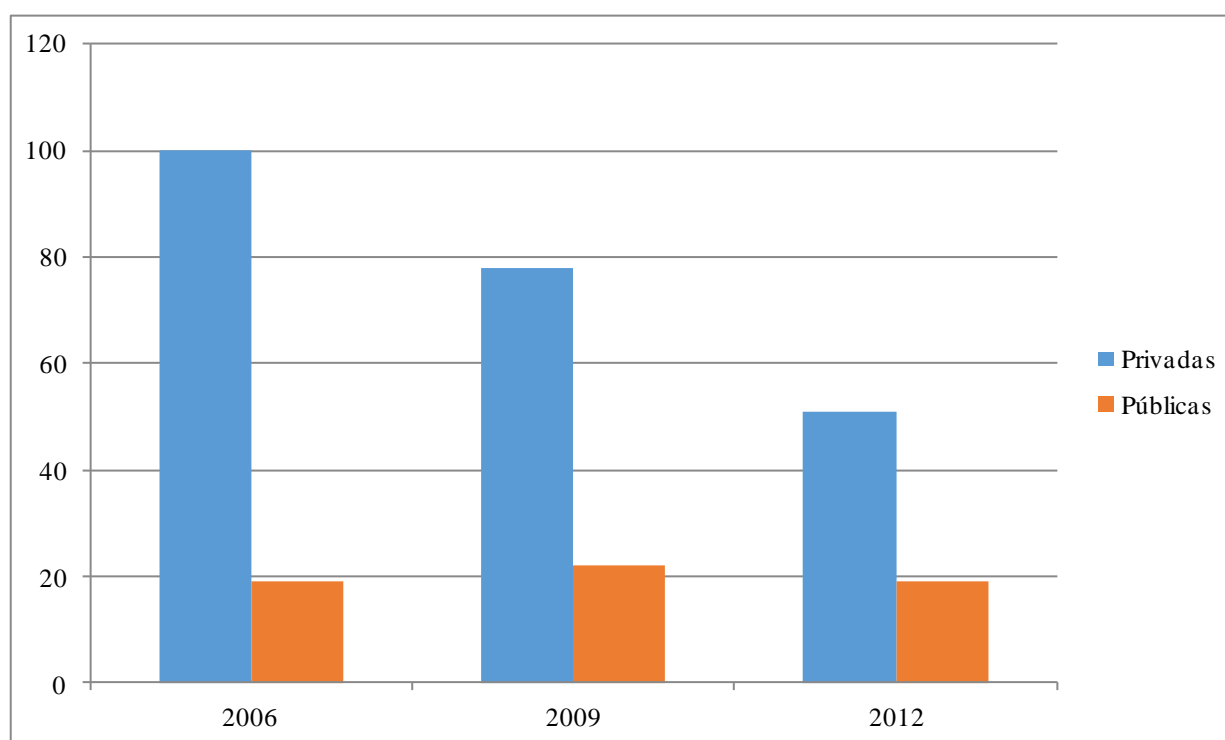


Gráfico 3 - Categoria administrativa das IES

Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do Enade (2006-2012).



Em relação à categoria administrativa, destaca-se a predominância das instituições privadas de ensino, que concentravam 84% dos cursos avaliados em 2006; 78% em 2009 e 73% em 2012.

Contudo, apesar de predominantes, observa-se que a redução na oferta de cursos está justamente centrada nas IES privadas. Isso porque, comparando o período inicial e final de análise (2006 – 2012), o número de instituições públicas que oferecem o curso se mantém, enquanto que 49 instituições privadas não mais possuem turmas de bacharelado em Secretariado Executivo em andamento no último período. Ou seja, o curso perdeu espaço em praticamente a metade das IES particulares.

Além das questões sobre a evolução da oferta dos cursos de bacharelado em Secretariado Executivo, buscou-se também mapear a participação de cada região e Unidade Federativa (UF) nessa oferta.

4.2 MAPEAMENTO DA OFERTA DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

Primeiramente, ressalta-se que o mapeamento da oferta dos cursos foi feita com base na participação das IES no último Enade, ou seja, os 70 cursos que realizaram o exame em 2012.

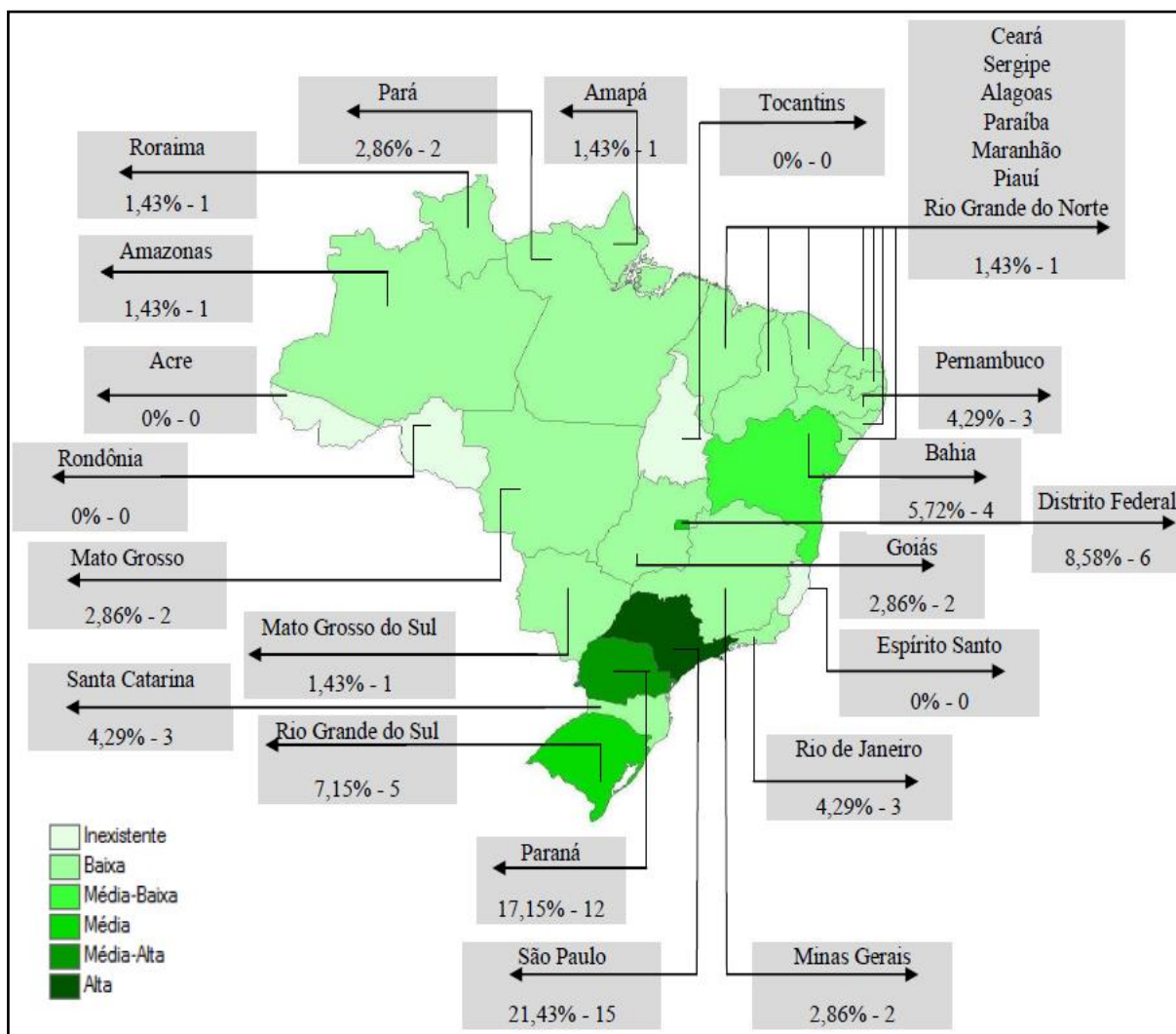
Quanto à localização dos cursos (Figura 2), é possível inferir que a grande maioria está localizada nas regiões Sudeste e Sul, ambas com 20 cursos, concentrando 57,1 % dos cursos de bacharelado em andamento no país.

Numa análise mais detalhada, por UF, observa-se uma grande concentração de cursos no estado de São Paulo, respondendo por 21,4 % do total de cursos ofertados no país. Na sequência, tem-se o estado do Paraná com 17,1%, o Distrito Federal, com 8,6% e o estado do Rio Grande do Sul com 7,1% dos cursos. Possivelmente, a maior concentração de cursos no estado de São Paulo justifica-se pela intensa oferta de vagas ao profissional de secretariado no mercado de trabalho, proporcionada, sobretudo, pelas características econômicas do estado.

Ainda, quanto à distribuição geográfica dos cursos, cabe destacar que nos estados do Espírito Santo, Rondônia, Tocantins e Acre não há oferta de cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo. Além disso, 11 unidades federativas ofertam apenas um curso, o que demonstra fragilidade na formação de profissionais bacharéis em Secretariado no país, principalmente, se levada em consideração a distância geográfica existente entre algumas regiões do país (Figura 2).



Figura 2 – Mapeamento da oferta de cursos de bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil por UF (2012)



Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do Enade (2012).

Esse panorama remonta para uma forte reflexão na academia, uma vez que dos 133 cursos criados ao longo da história, apenas 70 estão em pleno funcionamento. Pode-se inferir que esse processo de retração implica questões sobre a atuação profissional e, consequente, desmotivação para novos entrantes.

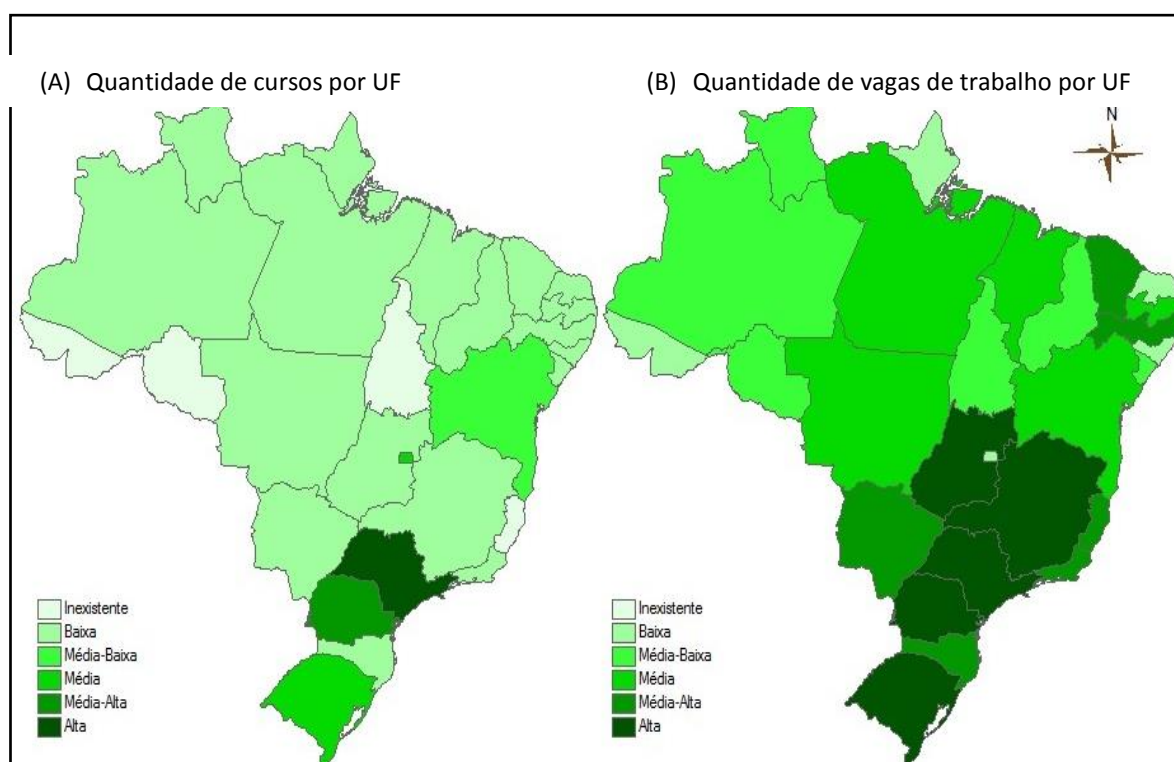
No entanto, paralelamente ao processo de retração quantitativo e dos possíveis problemas gerados à profissão por essa situação desfavorável, os cursos de secretariado existentes, voltam seus olhares para questões de cunho qualitativo, talvez, como forma de ajustamento às demandas do mercado e buscando maior espaço na academia. Assim, observa-se na academia, uma

preocupação constante em busca de um corpo docente mais qualificado, matrizes curriculares sólidas e um *corpus* teórico que sustente o ensino e a pesquisa nas universidades, fatores estes considerados primordiais para melhor qualificação do profissional, e consequente inserção no mercado de trabalho.

Dessa maneira, tais iniciativas, embora incipientes, têm apresentado resultados satisfatórios aos profissionais da área. Por exemplo, podem-se citar dados divulgados pelo Ipea (2013) que apontam a profissão de secretariado executivo como uma das dez carreiras de nível superior com maior expansão de vagas no Brasil no período de 2009 a 2012. O relatório demonstra que a profissão ocupa o quarto lugar, com a abertura de 14.017 vagas na área.

No que tange à localização dessas vagas, o estudo aponta que, em números absolutos, os estados que mais criaram vagas para a profissão de secretariado foram São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Ceará. A localização da totalidade de vagas criadas, bem como, da concentração de cursos de bacharelado em Secretariado podem ser mais bem visualizadas por meio da Figura 3.

Figura 3 – Comparativo entre oferta de cursos e vagas de trabalho (mapa por Unidade Federativa)



Fonte: Resultados da pesquisa a partir de dados do Enade (2012) e do Ipea (2013).

Uma análise isolada dos dados do Ipea (2013) – Mapa B – permite inferir que a profissão de secretariado está em franco desenvolvimento em distintas regiões geográficas, e assim, se consolidando no rol das profissões em destaque no país. No entanto, um olhar atento à realidade dos cursos no país, de caráter mais quantitativo do que qualitativo, permite severas indagações sobre a relação oferta de cursos de bacharelado em Secretariado Executivo e oferta de vagas. Isso porque, em primeira análise, tem-se o fato da abertura de vagas em locais onde há lacunas quanto à formação de profissionais.

O estudo aponta, por exemplo, alta concentração de vagas nos estados do Ceará, onde apenas um curso de bacharelado em Secretariado Executivo é ofertado; Goiás e Minas Gerais, ambos com dois cursos em andamento; e Pernambuco com a oferta de três cursos. Mais intrigante ainda é o caso do Espírito Santo, que embora não disponha de nenhum curso de bacharelado na área em andamento, é avaliado como um estado cuja oferta de vagas para os secretários executivos é de média-alta concentração.

Além dessas observações, atenção deve ser dada também para as regiões que demonstram saturação no mercado. Como exemplo, encontra-se o Distrito Federal, no qual são ofertados seis cursos de Bacharelado em Secretariado e que foi avaliado pelo Ipea como unidade de baixa concentração de vagas para o profissional. Neste caso, os profissionais formados são instigados a buscar vagas de trabalho em outras regiões, o que pode enriquecer a trajetória profissional deles, dada a diversidade cultural existente no país.

O estudo do Ipea (2013) faz também, uma análise das vagas por unidades federativas em termos relativos, ou seja, proporcionalmente ao número de habitantes. Por essa visão, os estados que mais empregaram foram: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais e Roraima, o que denota um distanciamento ainda maior entre a oferta de cursos e as vagas geradas pelo mercado. Esses cinco estados, em conjunto, representam apenas 12,5% dos cursos ofertados no país, sendo que no estado de Rondônia não há oferta de cursos de bacharelado em Secretariado. Esse cenário denota a importância da abertura de cursos nas referidas regiões.

Por fim, vale destacar que, em números absolutos de oferta de vagas e de cursos de bacharelado em Secretariado Executivo, apenas o estado de São Paulo estaria em situação de equilíbrio. Isso porque, possui alta concentração de vagas para os profissionais da área e a maior quantidade de cursos ofertados, 21,43% do total dos cursos no país. Já, em termos relativos, o estado do Paraná também apresenta panorama favorável. Esse figura entre os estados com média-alta



concentração de vagas, no entanto, por possuir 17,15% dos cursos em questão e deter apenas um quarto da população do estado de São Paulo, o Paraná é o estado com a maior relação entre o número de habitantes e oferta de cursos de secretariado do país.

De maneira geral, os resultados apontam que os cursos de bacharelado em Secretariado vêm perdendo espaço no país, o que pode impactar desfavoravelmente sobre os rumos da profissão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O histórico e o desenvolvimento dos cursos de bacharelado em Secretariado acompanham o cenário de expansão do ensino superior no país. Assim, a área de Secretariado, que, desde sua criação até o final dos anos de 1980, possuía apenas 11 cursos implantados no país, presenciou um vigoroso processo de expansão nas décadas subsequentes, principalmente no final da década de 1990 e início dos anos de 2000. Destaca-se que esse crescimento está vinculado de forma direta às reformas ocorridas no sistema educacional, que visavam, entre outros aspectos, o acesso à educação superior para uma maior parcela populacional.

Muito embora, inúmeros estudos se debruçam sobre os avanços da profissão, modestas foram as contribuições da academia ou mesmo das entidades de classe para esse processo frente às políticas educacionais, principalmente no que diz respeito ao estímulo para a implantação de IES privadas. Estas são detentoras do maior quantitativo dos cursos de bacharelado em secretariado criados no país.

Para além do estudo realizado pelo Ipea (2013) apontando a profissão de secretariado como uma das mais prósperas no mercado de trabalho, os relatórios do Enade e do MEC assinalam para um cenário menos eufórico para a profissão. Ou seja, evidencia-se um significativo processo de retração na oferta de cursos de bacharelado na área. Da totalidade dos formalmente criados no país, apenas 52% está em pleno funcionamento, situação essa que requer profunda reflexão sobre os rumos da profissão de secretariado.

No entanto, não se pode afirmar que a profissão de secretariado vem desaparecendo, mas sim que outras modalidades de formação na área estão em processo de expansão, a exemplo dos cursos de tecnologia. Atualmente, constam cadastrados no MEC (2013) 82 cursos superiores de Tecnologia em Secretariado com autorização de funcionamento. Considerando que essa modalidade tem sido estimulada no país há pouco mais de uma década, entende-se que ela vem crescendo de forma significativa.



Acredita-se que esse cenário de vertiginoso crescimento na oferta dos cursos superiores de tecnologia em secretariado possa responder, mesmo que não integralmente, aos novos caminhos e o destino do secretariado no país. Muito embora, os perfis e atribuições dos bacharéis e tecnólogos sejam diferenciados, muitas vezes falta conhecimento sobre tais particularidades por parte dos ingressantes e do próprio mercado de trabalho. Possivelmente, vários acadêmicos da área optam por cursos tecnológicos, uma vez que estes também possibilitam a formação em nível superior e em tempo menor do que o bacharelado.

No entanto, essas mudanças na formação do profissional incitam reflexões sobre os possíveis impactos no ensino em secretariado no Brasil, uma vez que podem provocar implicações para os docentes, alunos e para a própria modalidade de ensino. Afinal, é possível o bacharelado sobreviver frente aos cursos superiores de tecnologia em secretariado? Cabe também questionar se este é o perfil de formação desejado pelos profissionais e em que medida a expansão e a consolidação dos cursos superiores de tecnologia importam ou trazem preocupações para a área de secretariado.

Muito embora a expressão latina utilizada no título “*Quo vadis*” remeta o leitor a respostas concretas sobre o destino dos cursos e da profissão de secretariado, este artigo não teve o propósito de fornecer respostas conclusivas, contudo algumas considerações foram possíveis. Primeiramente, cabe destacar a necessidade de uma maior compreensão sobre as diferenças de perfis e atribuições existentes entre as modalidades de formação, isso tanto para os profissionais da área como para o mercado de trabalho. Um segundo aspecto a ser considerado é que, atualmente, as políticas públicas para a educação superior no Brasil estimulam uma formação profissional em um curto espaço de tempo, o que de certa forma inibe a expansão de cursos de bacharelado. Por fim, com base nos dados apontados sobre a oferta de cursos, acredita-se que as universidades públicas apresentam maior potencialidade à manutenção dos cursos de bacharelado do que as instituições privadas.

Assim, entende-se que as questões aqui abordadas possam subsidiar a composição de uma agenda de pesquisas futuras, talvez mais concreta, com vistas ao acompanhamento do fenômeno de redução da oferta de cursos de bacharelado e do crescimento dos cursos de tecnologia, bem como dos impactos que essa mudança no modelo de formação pode acarretar na atuação dos profissionais da área.



REFERÊNCIAS

- Biscoli, F. (2012). A evolução do secretariado executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. In: Durante, D. G. (org.) *Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo.
- Biscoli, F. & Cielo, I. D. (2004). Gestão organizacional e papel do secretário executivo. *Revista Expectativa*. Toledo: Edunioeste, vol. 3, n. 3, pp. 11-19.
- Brasil (2004). Presidência da República. *Lei n. 10.861 de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. Diário Oficial da União. Brasília, 15 abr. 2004. Recuperado em 3 mar. 2013 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>.
- Brasil (2005). Presidência da República. *Lei n. 11.096 de 13 de janeiro de 2005*. Institui o Programa Universidade para Todos – Prouni. Diário Oficial da União. Brasília, 14 jan. 2005. Recuperado em 3 mar. 2013 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>.
- Brasil (2006). Presidência da República. *Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006*. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Diário Oficial da União. Brasília, 9 jun. 2006. Recuperado em 3 mar. 2013 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm>.
- Brasil (2007a). Presidência da República. *Decreto 6.095 de 24 de abril de 2007*. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológico. Diário Oficial da União. Brasília, 25 abr. 2007. Recuperado em 3 mar. 2013 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>.
- Brasil (2007b). Presidência da República. *Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007*. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diário Oficial da União. Brasília, 24 abr. 2007. Recuperado em 3 mar. 2013 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>.
- Brasil (1996). *Lei n. 9.261, de 10 de janeiro de 1996*. Brasília. Recuperado em 22 jun 2013 de <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9261.htm>.
- Brasil (2005). *Resolução n. 3, de 23 de junho de 2005*. Brasília. Recuperado em 22 jun. 2013 de <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf>.



- Castro, C. de M. (1981). O ensino da administração e seus dilemas: notas para debate. *RAE – Revista Administração de Empresas*, vol. 21, n. 3, pp. 58-61.
- Durante, D. G. (2012). A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa. In: Durante, D. G. (org.) *Pesquisa em Secretariado: cenários, perspectivas e desafios*. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo.
- Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (2006). *Relatório Síntese: Secretariado Executivo*. Inep/MEC.
- Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (2009). *Relatório Síntese: Secretariado Executivo*. Inep/MEC.
- Enade - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (2012) *Dados preliminares: Secretariado Executivo*. Inep/MEC.
- Faé, C. S. & Ribeiro, J. L. D. (2005). Um retrato da engenharia de produção no Brasil. *Revista Gestão Industrial*, vol. 1, n. 3, pp. 24-33.
- Galindo, A. G.; Souza, E. C. P. & Carvalho, I. da C. (2012). Competências declaradas para atuação do profissional de secretariado executivo sob a perspectiva dos acadêmicos da Universidade Federal do Amapá. *Revista Expectativa*. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Curso de Secretariado Executivo, vol. 1, n. 11, pp. 9-30.
- Lima, K. R. de S. (2012). Expansão e reestruturação das universidades federais e intensificação do trabalho docente. *Revista de Políticas Públicas*. São Luiz: edição especial, pp. 441-452.
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (2013). *Educação Superior*. Recuperado em 22 maio 2013 de <portal.inep.gov.br/enade>.
- Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013) *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior 2009-2012*. Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura. Brasília, n. 1.
- MEC - Ministério da educação e cultura (2013). *Instituições de educação superior e cursos cadastrados*. Recuperado em 22 maio 2013 de <e-mec.mec.gov.br> .
- Mattar, F. N. (1999). Pesquisa de marketing: metodologia e planejamento. (5a ed.) São Paulo: Atlas.

- Natalense, M. L. C. (1995). *Secretária executiva: manual prático*. São Paulo: IOB.
- Neiva, E. G. & D'Elia, M. E. S. (2009). Perfil do Profissional Secretário no Mundo globalizado. In: Neiva, E. G. & D'Elia, M. E. S. *As novas competências do profissional de Secretariado* (2a ed.). São Paulo: IOB, pp. 29-39.
- Nicolini, A. (2003). Qual será o futuro das fábricas de administradores? *RAE – Revista Administração de Empresas*, vol.43, n.2, pp. 44-54.
- Oliveira, R. A; Souza, J. T. De. & Morales, R. N. (2010) *Indicadores do perfil pessoal que tipificam estudantes do curso de secretariado executivo ingressantes no IEMT em 2010*. Recuperado em 22 jun 2013 de <http://www.fenassec.com.br/xviii_consec_2012>.
- Peleias, I. R.; Silva, G. P. da; Segreti, J. B. & Chiroto, A. R. (2007). Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: uma análise histórica. *Revista de Contabilidade e Finanças*, edição especial, pp. 19-32.
- Sabino, R. F. & Rocha, F. G. (2004). *Secretariado: do escriba ao web writer*. Rio de Janeiro: Brasport.
- Santos, E. dos & Moretto, C. F. (2011). O mercado de trabalho do secretário executivo no contexto na dinâmica produtiva e do emprego recentes no Brasil. *Revista do Secretariado Executivo*, n. 7, pp. 21-35.
- Saviani, D. (2010). *A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades*. Poésis Pedagógica, vol. 8, n. 2, ago/dez, pp.4-17.
- SINDSEMG (2013). *História da Profissão*. Recuperado em 22 jun 2013 de <<http://www.sindsemg.com.br/historia.htm>>.

